

1 **Ata 02/2023** – No dia vinte e um de março de dois mil e vinte e três às oito horas e trinta
2 minutos, às oito horas e trinta minutos, na Central dos Conselhos, Rua Santo Campagnolo,
3 1216, Vila Industrial, reuniram-se para **reunião ordinária** os membros do **Conselho Municipal**
4 **dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI**, contando com a presença dos seguintes conselheiros:
5 José Correia de Matos, Martha Regina Rohr, Jean Michell Fagundes Bispo, Rosane Portela,
6 Fabiana Bedun Sackvil, Anésio José Vitto, Marcia Franciele Spies, Edilza Gomes Coutinho,
7 Wellington Cassio B. Da Silva, Eliana Rebellato, Taylon Eduardo Pereira, Magda Ritter,
8 Lusineide Clemente Benicio Leal, Maria Ernestina Terra da Silva, Francisco Antonio Rauber e
9 Mariane Siqueira da Motta. Registra-se: Rachel Lucia Hech (SMAS), José Carlos Mendes Filho
10 (MP), Alcioni de Lima (SMS) e (SMS). A Presidente do CMDI, Martha Regina Rohr, inicia a
11 reunião cumprimentando a todos e apresentando os seguintes pontos de **PAUTA: a)** Deliberar
12 pela Ata nº 01/2023; **b)** Deliberar pelo Registro de Entidade Não-Governamental; **c)** Deliberar
13 sobre Relatório de Gestão dos Direitos da Pessoa Idosa - 3º quadrimestre 2022; **d)** Deliberar
14 pelo Superávit Financeiro do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de 2022; **e)**
15 Relatos Comissões de Trabalho: - Comissão Técnica; - Comissão de Fiscalização; - Comissão
16 de Orçamento e Fundo; - Comissão Campanha Idade Plena. **INFORMES: a)** Correspondências
17 recebidas e expedidas; **b)** Outros Informes. O Sr. Jean pede a inclusão do ponto de Pauta **f)**
18 Definição de prioridades e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal da Pessoa
19 Idosa (FMDI), então a Sra. presidente coloca em deliberação a Pauta e a mesma é aprovada. A
20 Sra. Presidente diz aos presentes que antes de iniciar as deliberações há duas servidoras da
21 secretaria de saúde, a Sra. Alcione e a Sra. Karine que estão presentes em virtude um ofício
22 que foi encaminhado para a Secretaria de Saúde, visto que chegou uma notícia ao CMDI com
23 relação ao fluxo de agendamento de consultas e como isso se dá para a pessoa idosa, o
24 agendamento por telefone também, porque houve uma reclamação com relação ao tempo do
25 agendamento, por isso, o CMDI encaminhou o ofício solicitando esclarecimentos para fazer o
26 monitoramento. A Sra. Alcione esclarece que o fluxo é, tanto para o idoso quanto para o PCD
27 existem vagas de agendamento telefônico, geralmente é uma vaga de manhã e outra a tarde
28 que fica disponível na agenda dos médicos para este contato prioritário, então o idoso pode
29 ligar na unidade de saúde e fazer o agendamento. Explica que encontrar a vaga para o dia é
30 difícil, que muitas vezes vai encontrar a vaga com 15 dias ou um mês. Outra alternativa é algo
31 que está sendo implantado no município que é o acolhimento. Ela diz que o atendimento nas
32 UBS é de agendas programadas, tem as gestantes, a puericultura para crianças até dois anos,
33 tem grupos de hipertensos, diabéticos, saúde mental, e agenda de demanda do dia, que o
34 usuário passa pelo acolhimento, o atendimento vai escutar o relato do usuário com a demanda
35 que ele precisa e de acordo com esta demanda o usuário é encaminhado para atendimento

36 médico ou de enfermeiro, quando estas vagas acabam o usuário vai ser avaliado pelo
37 enfermeiro e este vai avaliar a necessidade do usuário e fazer o agendamento conforme a
38 necessidade. A Sra. Karine explica que o agendamento dos idosos e PCD é por telefone
39 segunda uma portaria, e que na realidade do bairro dela, este agendamento pode demorar um
40 pouco porque é um bairro com muitos idosos e eles sempre orientam que o idoso comparece
41 presencialmente na Unidade de Saúde de preferência com um acompanhante, porque quando
42 o idoso comparece sozinho, normalmente necessita de vários retornos até ele compreender
43 bem as instruções e conseguir segui-las, e diz que são três formas de agendamento, que é o
44 pedido de retorno médico, o agendamento e o acolhimento. O Sr. promotor José Carlos
45 pergunta se isso é o padrão ou domiciliar, e a Sra. Karine explica que esse é o padrão, que o
46 domiciliar as equipes vão até a residências das pessoas, de acordo com a região da Estratégia
47 de Saúde da Família. Havendo mais alguns questionamentos a Sra. Karine explica que alguns
48 bairros têm mais idosos e as vagas de agendamento telefônico não são suficientes, então elas
49 orientam que o idoso vá presencialmente em uma unidade de saúde. O Sr. promotor José
50 Carlos comenta que se esta demanda é conhecida da Secretaria de Saúde, que esta precisa
51 tomar medidas para equilibrar os atendimentos. A Sra. Karine explica que muitos idosos
52 apresentam comorbidade e fazem acompanhamento junto com esses grupos, mas que as
53 vagas para idosos não são somente as vagas exclusivas prioritárias de agendamento
54 telefônico. O Sr. Francisco questiona se um paciente com exame com alterações e que precisa
55 de consulta urgente, como faz. A Sra. Alcione comenta que quem faz o agendamento não tem
56 como saber isso, mas o médico pode pedir retorno em quantos dias achar necessário. O Sr.
57 promotor José Carlos questiona se esse fluxo é estabelecido por normativas ou por prática, e
58 elas respondem que é por prática, então ele comenta que isso é algo que está em falta para o
59 idoso, um fluxo estabelecido em normativa, que para diversas outras áreas há um fluxo mas
60 para o atendimento à pessoa idosa ainda não, que dependem de profissionais que conhecem a
61 prática para explicar a novos profissionais, e na falta do primeiro o fluxo desmorona, ele diz que
62 está em conversa com a Secretaria de Desenvolvimento Humano, porque falta fluxo de
63 atendimento ao idoso em outras áreas também, um organograma, não somente na Saúde, e
64 que isso precisa ser difundido para a população. Ele diz também que hoje ele tem recebido
65 mais denúncias de situação de urgência envolvendo idosos da saúde do que da assistência,
66 porque a saúde está mais na ponta e a assistência está dando conta da demanda que já tem e
67 que é preciso reorganizar pra não haver essa lacuna. A Sra. Karina explica que quando elas
68 identificam uma violação elas procuram encaminhar para o órgão responsável, se for criança,
69 idoso, gestante, etc. A Sra. Magda pergunta se foi solicitado os esclarecimentos de um bairro
70 específico e a Sra. Martha explica que não, que os esclarecimentos foram solicitados para a

71 Sec. de Saúde no geral, e que a solicitação foi feita por causa de uma notícia de fato que o
72 Conselho recebeu com relação a agendamento de consulta e a demora no retorno para
73 mostrar um exame. A Sra. Karina explica ainda que ela relatou a adaptação que ela fez da
74 instrução normativa para a realidade da UBS a qual ela é gerente e outros locais podem
75 diferentes. A Srta. Martha questiona se são 3 formas com as agendas programadas, idosos e
76 PCD 20% do agendamento diário, aí vaga para as gestantes puérperas, vagas para retorno de
77 exames e as vagas com demandas urgentes do dia e a Sra. Karina confirma que é assim. A
78 Martha pergunta qual a diferença do médico do dia na UBS e o médico do CERTI, porque eles
79 também têm agenda de consultas. A Sra. Karine diz que estão reformulando a normativa do
80 CERTI entre a Saúde e a Assistente Social. A Sra. Martha diz que quando o documento tiver
81 pronto que venham comunicar pro Conselho. O Sr. promotor diz que é importante que o CMDI
82 participe dessa articulação, para ter voz ativa porque se trata de políticas para a pessoa idosa.
83 A Sra. Karina fala que essa primeira reunião foi para definir fluxos internos, por isso não houve
84 este convite a princípio nem para a SMDH. O promotor ainda reforça que havendo uma
85 secretaria para articulação e não foi convidada, não faz sentido. A Sra. Lusineide relata que a
86 voz do Conselho é importante para que não sejam tomadas decisões de cima pra baixo. A Sra.
87 Karina responde que estão criando esse fluxo para o melhor tratamento do idoso, uma vez que
88 agendando as consultas pelo CERTI ele fica sem vínculo com a UBS, estão buscando
89 estabelecer um vínculo entre paciente e UBS para acompanhamento do mesmo. Houve o
90 relato que se tentou agendar uma consulta na UBS e o telefone não dava certo houve o
91 deslocamento até a unidade de saúde e chegando lá explicaram que era somente por telefone,
92 mas ela diz também que tiveram o cuidado de perguntar se era urgente e como estavam as
93 condições da paciente, mas o caso dela era somente renovação de receita. A Sra. Martha
94 questiona se o agendamento por telefone cai em uma central, mas as representantes da Sec.
95 de Saúde explicam que as ligações são para cada unidade. Há questionamento em caso de
96 urgência e elas respondem que se deve procurar a UPA, assim como crianças o atendimento é
97 na UPA. A Sra. Heloísa explica também que o atendimento da UBS é diferente da Central de
98 Especialidades, que inclusive tem o programa 80+, e é diferente do atendimento da UPA, mas
99 que se o Conselho quiser pode-se chamar a diretora da Central de Especialidades para fazer
100 uma fala. O Sr. Promotor sugere que quando o conselho pedir para uma secretaria vir fazer
101 uma fala aís técnica, elencar algumas perguntas e se possível gravar para quando um grupo de
102 idosos perguntar o Conselho ter condições de explicar o caminho certo, como forma de
103 orientação. A Sra. Martha agradece a presença e os esclarecimentos, mas como ficaram
104 algumas dúvidas ela sugere do Conselho encaminhar um ofício pra Sec. de Saúde e solicitar
105 as instruções operacionais ligadas ao idoso, e solicitar ou caso não tenha construir juntos, um

106 fluxo de atendimento da pessoa idosa na saúde, e solicitar o calendário de reuniões e solicitar
107 se possível a participação do CMDI e da Coordenadoria da Pessoa Idosa no desenvolvimento
108 deste fluxo hoje e posteriormente, e solicitar que a coordenadora da Central de especialidades
109 venha relatar com relação as consultas de especialistas. A Sra. presidente coloca em
110 deliberação este encaminhamento e a plenária aprova. **Item de Pauta A - Deliberar pela Ata**
111 **nº 01/2023:** A Sra. Martha relata que a ata foi encaminhada para os Conselheiros junto com o
112 edital. A Sra. Heloísa diz que o único apontamento foi da Conselheira Eliane que verificou que
113 seu nome não constava nas presenças, mas isto já foi ajustado, então a Sra. presidente coloca
114 em votação e a mesma é aprovada pelos presentes. **Item de Pauta B - Deliberar pelo**
115 **Registro de Entidade Não-Governamental:** A Sra. Martha diz que há um relato da comissão
116 de fiscalização a respeito da entidade Lar Irmãos Dentzer e convida a Sra. Magda, o Sr.
117 Francisco e a Sra. Eliane ao relato. A Sra. Magda relata que visita foi no dia 16/02 e foi
118 constatado que as instalações, os espaços são amplos, arejados, a documentação dos
119 internos está em ordem, que observaram harmonia e tranquilidade nos espaços, que os
120 ambientes estão de acordo com os padrões dentro da legislação vigente, até mesmo a parte
121 mais antiga. Diz que tem bastante segurança e que a comissão não observou nada
122 desfavorável. Ela relata que alguns idosos reclamaram apenas que continua o protocolo de
123 pandemia com relação as saídas, portanto eles não podem sair. O Sr. Promotor diz que já está
124 vigente uma nova regulamentação e a entidade precisa apenas implementar um novo plano de
125 contingência no caso das saídas. A Sra Martha comenta que sabem que houve um prejuízo a
126 convivência familiar e comunitária neste período de Covid-19 e que houveram várias
127 instituições com surto da infecção, portanto é uma discussão complexa. A Sra. Magda explica
128 que são 42 vagas e tem 36 idosos acolhidos e todas as licenças de bombeiros, licença
129 sanitária estão em dia. A comissão dá o parecer favorável a inscrição no CMDI. A Sra. Martha
130 coloca em deliberação a manutenção do registro da entidade e é aprovado pelos Conselheiros.
131 **Item de Pauta C - Deliberar sobre Relatório de Gestão dos Direitos da Pessoa Idosa - 3º**
132 **quadrimestre 2022:** A Sra. Raquel da Secretaria de Assistência Social relata que os atendidos
133 e os atendimentos já foram registrados e ficou somente a parte dos orçamentos para relatar
134 Proteção Social Básica orçamento previsto: R\$3.742.740,16 e despesa empenhada no
135 quadrimestre R\$1.270.394,92; despesa empenhada acumulada de R\$3.186.392,55. Este é o
136 total da secretaria na proteção social básica, mas especificamente dentro dos recursos da
137 proteção social básica para a pessoa idosa foi feito um cálculo proporcional sendo:
138 R\$546.411,02; despesa empenhada no quadrimestre R\$190.559,24 e despesa empenhada
139 acumulada de R\$447.958,88. Nos serviços de convivência nos CERTIs orçamento previsto
140 atual; R\$962.625,72, despesa empenhada no quadrimestre R\$159.653,66, despesa acumulada

141 R\$431.738,21; estes dados não tem percentual porque este valor é especificamente para
142 idosos; Proteção Social Especial: Média Complexidade CREAS, orçamento previsto
143 R\$1.177.025,00; despesa empenhada no quadrimestre R\$645.999,25, despesa acumulada de
144 R\$895.198,04 e específico para a pessoa idosa orçamento previsto R\$223.635,80; despesa
145 empenhada no quadrimestre R\$65.739,86 despesa acumulada R\$170.85,92. Alta
146 complexidade que são os acolhimentos da APA e outras, orçamento previsto atualizado
147 R\$636.729,38 mais R\$324.074,33 totalizando R\$947.803,71; despesa empenhada no
148 quadrimestre R\$273.741,69 e despesa acumulada R\$885.526,61, este é específico e não tem
149 percentual. A Sra. Martha, considerando que faltava apenas os dados financeiros coloca em
150 deliberação os relatórios de gestão da Assistência Social e o mesmo é aprovado. A Sra. Edilza
151 faz a apresentação dos dados da Secretaria de Desenvolvimento Humano – SMDH do terceiro
152 quadrimestre de 2022, Curso de Cuidadores de Idosos em parceria com o Senac, começou em
153 outubro e terminou em dezembro, totalmente gratuito e formaram-se 16 pessoas;
154 Implementação da Renadi - Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa no
155 município de Toledo; explique que houve a primeira reunião e após isso há uma programação
156 à nível estadual, já fizeram uma capacitação online e uma segunda etapa seria a capacitação
157 presencial em fevereiro para então fazer a implementação da Rede, mas até o momento não
158 há notícias; o encerramento da primeira semana de valorização da pessoa idosa, com o
159 encerramento em 08 de outubro de 2022; conforme a avaliação da guarda municipal,
160 circularam cerca de 350 pessoas; o repasse para o Fundo Municipal que foi uma das primeiras
161 vezes que o fundo recebi um valor expressivo, o trabalho com a Comissão com a atualização
162 do Plano Municipal da Pessoa Idosa. Sobre os dados, a Sra. Edilza explica que tem os
163 atendimentos, mas ela explica que são atendimentos no geral, que incluem as pessoas
164 atendidas nos eventos, nos cursos, entre outros, o objetivo é acompanhar as políticas, deliberar
165 e acompanhar as políticas públicas em ação a defesa do direito da pessoa idosa, essas
166 atividades geraram uma despesa de R\$1.086,20, referente ao aluguel das tendas e som para a
167 atividade do encerramento da semana da valorização da pessoa idosa. A Sra. Martha coloca
168 em votação o relatório da SMDH e é aprovado pelos presentes. Ela destaca que ficou
169 pendente para a próxima reunião os dados financeiros da saúde e da educação, continua
170 dizendo que está pensando em encaminhar para as secretarias uma solicitação para agendar
171 uma reunião sobre os relatórios porque têm ficado muitas pendências. **Item de pauta D -**
172 **Deliberar pelo Superávit Financeiro do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de**
173 **2022:** O Sr. Wellington diz que no final de 2021 havia no FMDI R\$106.179,25 centavos e a
174 execução ao longo de 2022 foi de R\$1.086,20, com aluguel de tendas e sonorização. Diz
175 também que no ano de 2022 houve o valor doado pela Prati Donaduzzi, além de outras

176 doações diretas para o fundo e totalizou durante o ano R\$552.294,54, historicamente é o valor
177 mais expressivo recebido pelo fundo, então durante o ano de 2022 tivemos o valor de
178 R\$657.474,26, menos o valor gasto de R\$1.086,20; totalizou no final do ano R\$656.388,06 e
179 espera-se que o conselho delibere para o uso desse valor no ano de 2023. Diz também que o
180 Sr. Jean vai apresentar o **ponto de Pauta F**, mas antes de poder usar o recurso, é necessário
181 que conselho delibere pela utilização durante o ano de 2023. A Sra. Márcia pergunta qual é o
182 procedimento para as secretarias ou entidades solicitarem recursos para usar em ações, o Sr.
183 Wellington explica que tem de duas formas: ou recurso partido da SMDH, que vai depender do
184 processo licitatório e pode demorar de 4 a 5 meses se for iniciado o processo do zero; mas se
185 for recurso do FMDI precisa da deliberação do Conselho para a utilização do recurso do fundo
186 durante o ano, e também precisa do processo licitatório. A Sra. Márcia questiona quando foi
187 aprovado o uso dos R\$1.086,20 e o Sr. Jean diz que acha que está havendo uma confusão,
188 que nas conversas de outras reuniões, estava se falando sobre repasse para grupos de idosos,
189 e etc. Então, o conselho precisa deliberar para fazer esse tipo de repasse, pra criar um piso
190 para esse tipo de situação, aí precisa ser feita uma deliberação para esse tipo de repasse, mas
191 é diferente quando é a secretaria gestora do fundo, se olhar na lei do fundo, a secretaria
192 gestora do Fundo é a Secretaria de Desenvolvimento Humano e ela pode utilizar este recurso
193 para as ações envolvendo a pessoa idosa, inclusive o ponto de pauta que ele incluiu é para
194 definir prioridades e ações para este recurso, que não é preciso definir quanto vai gastar, mas
195 sim quais metas, quais prioridades que o Conselho entende que este recurso deve ser
196 utilizado. A Sra. Márcia questiona se pode solicitar recurso do Fundo para realizar uma
197 campanha pela Secretaria de Esporte, e o Sr. Jean explica que quem realiza a campanha é a
198 SMDH, porque ela é a secretaria articuladora, a secretaria que deseja fazer uma ação para a
199 valorização da pessoa idosa por exemplo chama a SMDH e aí pode-se utilizar recursos do
200 fundo, diz que as secretarias finalísticas precisam ter recurso para continuar com suas ações,
201 que não é porque tem a SMDH que vão pegar todos os recursos desta secretaria, que não é
202 este o objetivo. O Sr. Wellington pergunta se mais alguém tem dúvidas, não havendo ele
203 agradece e encerra sua fala. A Sra. Martha diz que é um grande avanço, que não havia
204 Comissão de Orçamento e Fundo que foi criada no ano passado, e a comissão se reuniu e
205 pergunta qual é o parecer da Comissão com relação ao superavit e o Sr. Jean diz que o
206 parecer é favorável. A Sra. Presidente coloca este ponto em deliberação e é aprovado. A Sra.
207 Martha pergunta para o Sr. Jean como funciona esta questão do superávit, se inicialmente o
208 Conselho vote apenas para reconhecer que este recurso existe e a partir da aprovação a
209 SMDH pode distribuir nas contas, utilizar, pedir a opinião do Conselho, pedir os
210 encaminhamentos necessários, e ele diz que é isso mesmo e também em um momento

211 posterior para fiscalização da aplicação deste recurso. **Item de Pauta - F Definição de**
212 **prioridades e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal da Pessoa Idosa**
213 **(FMDI):** O Sr. Jean, presidente da Comissão de Orçamento, relata que são conquistas do
214 Conselho, tanto a Comissão de Orçamento como os recursos do Fundo em si, que até então o
215 Conselho era vinculado a Secretaria de Assistência Social e e todas as ações voltadas para a
216 pessoa idosa eram utilizados recursos próprios, portanto não tinha o que deliberar sobre
217 recursos. Porém agora, o Conselho recebeu um ofício da Secretaria de Desenvolvimento
218 Humano, por ser a gestora do fundo, informando valor no fundo e solicitando quais seriam as
219 prioridades para aplicação do recurso. O Sr. Jean apresenta um levantamento histórico do
220 FMDI, diz que em 2019 haviam cerca de R\$15.000,00 referente a arrecadação do imposto de
221 renda. Naquela época o conselho definiu que este recurso deveria ser utilizado prioritariamente
222 para capacitações, que envolvessem toda a rede, governamental e não-governamental, para
223 valorização da pessoa idosa, para que a pessoa idosa conheça os seus direitos, para que essa
224 informação seja disseminada para que quanto mais gente tiver acesso a estas informações de
225 uma melhor forma. Continua dizendo que então veio 2020 e 2021 que era pandemia e cursos
226 caracterizavam aglomerações e estavam proibidos. E em 2022 com toda reestruturação dos
227 Conselhos, retomada da Campanha Idade Plena, conseguiram arrecadar um pouco mais e
228 com a doação da Prati e outras doações fechou esse montante que tem hoje no fundo. Ele diz
229 que hoje, incentivados pela SMDH, o Conselho precisa pensar em prioridades, metas que o
230 Conselho tem e que essas metas possam ser alcançadas utilizando-se também o dinheiro do
231 fundo. Ele salienta que não é que o Conselho tem que definir a destinação total dos recursos
232 do fundo, mas que é preciso dizer aproximado as porcentagens pretendidas para ações, mais
233 como informação, e que hoje podem ser iniciadas as discussões para deliberar na próxima
234 reunião. O Sr. Promotor sugere que seja deliberado na próxima reunião para que outras
235 secretarias que tenham interesse de apresentar projetos para utilização dos recursos do fundo
236 tenham a possibilidade de apresentar. A Sra. Martha pergunta como seria possível a inscrição
237 de projetos e o Sr. Jean diz que depende, se for para projetos para secretaria seria uma
238 maneira, se for repasse para entidade seria a lei 13019, por exemplo. Ele explica também que
239 o conselho pode deliberar para destinar uma parte do recurso para incremento de projetos que
240 já são desenvolvidos nas políticas, segurança e trânsito, ou educação, esporte, etc. Esses
241 projetos são apresentados para a secretaria gestora, ela definir os critérios e apresenta para o
242 Conselho; o conselho também pode montar um edital aberto junto com a secretaria gestora. O
243 Sr. Promotor sugere que a comissão de orçamento apresente daqui há 30 dias, uma sugestão
244 de planejamento de utilização desse recurso já explicando se é governamental, se não é, até
245 que tenha uma dimensão melhor desse processo. O Sr. Jean diz ainda que é usual os recursos

246 do fundo serem revertidos para o Conselho mesmo, para a manutenção do Conselho, com
247 aquisição de recursos materiais, por exemplo, por isso que fica difícil definir logo num primeiro
248 momento, são ações diversas. A Sra. Martha diz que é fantástico que o Conselho possa estar
249 discutindo as prioridades, mas que entende que hoje não será possível esgotar este assunto,
250 enquanto sugestão nos próximos trinta dias a comissão de orçamento e fundo dialogar e
251 entender os objetivos, talvez em conjunto com a SMDH e talvez trazer uma proposta na
252 próxima reunião para o Conselho deliberar. O Sr. Promotor sugere também que seja definido
253 as formas de acessar os recursos do Fundo para quem interessar saiba como pedir e até lá
254 deliberar a utilização de um certo valor para os gastos ordinários do Conselho e então destinar
255 o restante para os projetos solicitarem. A Sra. Martha relembra os encaminhamentos
256 sugeridos. **Item de Pauta E - Relatos Comissões de Trabalho: - Comissão Técnica:** A Sra.
257 Márcia relata que a Comissão se reuniu para realizar alguns ajustes na resolução que trata dos
258 registros e inscrição dos grupos de convivência da pessoa idosa no conselho, diz que no ano
259 passado houve recadastramento destas instituições e esse registro é a cada dois anos e diz
260 que como foi feito no ano passado, no ano que vem os grupos teriam que trazer toda a
261 documentação novamente, e para quem esteve mais a frente, como a Sra. Márcia e a Sra.
262 Heloísa, sabem que é um pouco complexo e os idosos ficam um pouco perdidos e um pouco
263 chateados, porque tem um custo, demanda tempo. Ela exhibe a resolução para a plenária e
264 explica que deixou em vermelho e entre parêntesis o que é para deliberação do Conselho, por
265 exemplo a RAIS, para entidades quem tem funcionários, licença do corpo de bombeiros, alvará,
266 que são coisas que eles não têm, e suprimir o que está em amarelo. Uma das sugestões é a
267 renovação do registro a cada quatro anos, sendo necessária a apresentação da documentação
268 da diretoria a cada eleição realizada antes do período de renovação do registro. A Sra. Martha
269 diz que acredita que as discussões não serão esgotadas hoje porque ela tem receio da
270 questão da inscrição, porque ela é a aprovação do Conselho para o funcionamento e ela acha
271 que 1uatro anos é muito tempo. A Sra. Márcia relembra que a cada dois anos é muito rápido,
272 que foi ano passado que os grupos trouxeram a documentação, mas também está especificado
273 que o Conselho fiscalizaria anualmente e a Sra. Martha concorda com isso. A Martha só
274 relembra aos Conselheiros que se trata da inscrição simplificada para os grupos de idosos,
275 para que eles tenham inscrição no CMDI e apresentar no esporte para receber a per capita. O
276 Sr. Jean diz que sendo uma inscrição simplificada ele também acha que quatro anos é muito
277 tempo. A Sra. Martha diz que, apesar de estar se contradizendo, que os idosos realmente tem
278 muita dificuldade, ela diz que ano passado para imprimir o cartão do CNPJ ela e a Sra. Márcia
279 se reuniram com o notebook e chamaram o pessoal dos grupos pra ajudar a imprimir, porque
280 como eles tem muita dificuldade, muitos foram em contadores e tiveram que pagar por isso. O

281 Jean sugere fazer um guia explicativo e a Sra. Martha sugere que a comissão se reúna com os
282 idosos para ajudar. A Sra. Heloísa explica que o que mais foi difícil para os grupos foi o
283 estatuto porque o original fica com o contador e, para retirar ou pegar uma cópia muitos tiveram
284 que pagar e é um documento que é mais difícil ter alterações e todos os anos, além disso são
285 documentos que depois de apresentados são arquivados e ficam lá, gerando acúmulo de
286 papel, então ela sugere que o estatuto, ao menos, seja apresentado na renovação do registro
287 somente quando houver alterações. O Sr. Promotor sugere que tenha uma maneira de
288 digitalizar estes arquivos e o controle digitalizado também, e que seja orientado a eles
289 atualizarem somente os documentos que estiverem vencidos. O Sr. Jean sugere que então
290 apresentem o estatuto somente em caso de mudança, caso contrário apresentem uma
291 declaração de que o estatuto permanece o mesmo, e os outros documentos são mais fáceis de
292 obter. A Sra. Martha sugere que se notem as sugestões e retome-se esse assunto em outro
293 momento, mas que tenha uma normativa para as inscrições, as documentações a serem
294 apresentadas e para manutenção do registro de maneira mais simplificada. O Sr. Promotor
295 sugere para os grupos que não tem sede própria a lista de presença das últimas três reuniões
296 e ata se não for mudada, não precisa, e se tem sede própria então precisa das licenças e
297 alvarás. O Sr. Jean diz que em quatro anos muitas coisas podem mudar, neste caso seria
298 necessário trabalho intenso da comissão de fiscalização, tendo que fiscalizar 36 grupos por
299 ano. A Sra. Martha diz que essas inscrições como são simplificadas não precisa de
300 fiscalização, somente análise técnica. A Sra. Márcia descreve o instrumental que a comissão
301 de fiscalização elaborou para futuras vistorias, dados da entidade e natureza, dias da semana
302 realizadas atividades, status do responsável no dia da visita, nome, função que exerce,
303 endereço e contato, relato da comissão: a data da fiscalização, quantas pessoas estiveram na
304 atividade, homens e mulheres por faixa etária, pessoas com deficiência que participam da
305 ação, escolaridade dos participantes, panorama detalhado das condições encontradas no
306 espaço físico, relatar condições de acessibilidade, higiene e limpeza, segurança e acomodação
307 do participantes, panorama detalhado da participação dos idosos na atividade, organização do
308 grupo das atividades desenvolvidas no dia da visita técnica., exemplo: disponibilização de lista
309 de presença, que tipo de atividade acontece no momento, acessibilidade na participação dos
310 idosos, por exemplo, se tiver um bingo e o idoso for analfabeto ele vai ficar excluído da ação,
311 disponibilização de lanche a água, observação de possíveis situações de risco, na presença de
312 irregularidade, quais são os possíveis encaminhamentos a serem realizados. O Sr. Jean diz
313 que acredita que fiscalizar todos os grupos será muito mais complexo e demorado do que
314 mobilizar uma comissão pra ajudar os grupos na renovação. A Sra. Lusineide sugere que deixe
315 dentro do documento um modelo de declaração de não alteração do estatuto. O Sr. Gilmar

316 relata que foi pensado em mudar para quatro anos pela dificuldade de os idosos conseguirem
317 os documentos, ele diz que toda documentação eles procuraram um contador, e para a última
318 documentação o grupo de Idosos de São José Operário da Pioneira, gastou R\$980,00 e como
319 os grupos de idosos não podem ter fins lucrativos, existe essa dificuldade de alguns grupos
320 conseguir a documentação. A Sra. Magda sugere que seja feito um treinamento com os
321 presidentes. Como encaminhamento a Sra. Martha propõe que retorne a comissão técnica e
322 façam nova avaliação elencando todas as sugestões apresentadas. - **Comissão de**
323 **Fiscalização:** Já houve o relato; - **Comissão de Orçamento e Fundo:** Já houve o relato; -
324 **Comissão Campanha Idade Plena:** Não houve ação. O Sr. Wellington relata que enquanto
325 secretaria estão reorganizando o material para divulgação, mas a princípio não vai dar tempo
326 de produzir o material gráfico, então a ideia é que seja utilizado pelas redes sociais e mídia
327 digital, ele diz que há um QR Code para acesso ao site da prefeitura, mas o site mudou, e
328 mudou o e-mail e telefone do Conselho, que tem essas informações divergentes e diz que
329 estão pensando em colar etiquetas para tampar o QR Code, telefone e e-mail antigos. O Sr.
330 Jean sugere que converse com os contadores, aproveitando a campanha idade plena, sobre a
331 situação da renovação dos grupos de idosos, pedindo apoio deles, principalmente no quesito
332 financeiro. A Sra. Martha diz então que fica definido para intensificar através de mídias sociais
333 e arrumar o folder. **Item de Informes A - Correspondências recebidas e expedidas:** A Sra.
334 Martha relata que foi recebido um ofício da RIPS. A Sra. Heloísa relata que no final do ano
335 passado, a SMDH no final do ano passado convidou o conselho para um evento na Unioeste
336 onde seriam apresentados os protocolos de atendimento, mas que acabou sendo desmarcado.
337 O Sr. Wellington explica que foi remarcado para o dia 08 de maio a apresentação desses
338 protocolos atualizados e que esses protocolos são para toda a rede, então envolve diversas
339 políticas, poder judiciário, ministério público e e prefeitura, foi marcado esse momento para
340 assinatura e oficialização desses protocolos. Ele diz que são quatro e três deles são para
341 crianças e adolescente e outro para mulheres vítimas de violência, que a RIPS existe desde
342 2013 e agora está com um trabalho árduo para abranger outros segmentos, inclusive pessoa
343 idosa. A Sra. Martha sugere que o CMDI envie um ofício para que um representante da RIPS
344 venha até o CMDI apresentar o protocolo da RIPS que diz especificamente sobre o
345 atendimento da mulher adulta/idosa vítima de violência, ela diz que participou enquanto
346 servidora e é muito bacana, sugere que seja feito este encaminhamento e após será
347 encaminhado um representante do CMDI para participar no dia 08 de maio, das 10h às 12h, no
348 auditório Acary de Oliveira, anexo ao paço municipal. A Sra. Martha relata foram recebidos dois
349 ofícios da Promotoria de Justiça e gostaria primeiro de apresentar para plenária e após
350 encaminhar para a mesa diretora, um dos documentos trata do encaminhamento de um Termo

351 de Ajustamento de Conduta (TAC), para que o CMDI tenha ciência e para o Conselho
352 acompanhar o mesmo. Ela diz que o TAC é para a APA, ela diz que no dia 16 de abril de 2022
353 houve a evasão de uma idosa por um portão lateral, aplica uma indenização, e fixa algumas
354 obrigações para a APA cumprir quanto a segurança e fluxos. Ela diz que pensou em, após
355 encaminhar para a mesa, despachar para a comissão técnica montar um plano de atuação
356 para o Conselho e trazer na próxima reunião. O outro ofício encaminha cópia de documentos e
357 requisita a atuação do CMDI no fomento e fiscalização das políticas públicas no município de
358 Toledo para atendimento da pessoa idosa com o auxílio do conselho estadual da pessoa idosa,
359 se necessário especialmente da ausência não somente de alternativas ao acolhimento
360 institucional, quer seja cuidador, centro dia, aluguel social, entre outros, mas também ao
361 próprio acolhimento institucional, fixa o prazo de quinze dias para resposta, a qual deverá ser
362 encaminhada por e-mail, ela diz que precisará pedir mais prazo. O Sr. Promotor com a palavra
363 parabeniza o trabalho do Conselho, assim como a Sra. Solange secretária de Assistência
364 Social, que era responsável pelo Conselho na época que ele começou a atuar como promotor
365 e diz que o Conselho não tinha uma atuação adequada na época e neste período com o
366 empenho dela e de todos os conselheiros, observa-se uma outra atuação, porque tudo isso
367 que foi feito hoje são políticas públicas e o Conselho Municipal tem essa natureza, tem que
368 buscar fazer um intercâmbio, uma troca de ideias entre a sociedade civil organizada e o poder
369 público para melhorar aquela parcela que ele visa proteger. Ele diz que o primeiro aspecto da
370 APA vêm envolvido em um trabalho que a promotoria do idoso vêm realizando desde 2019 que
371 envolve a necessidade, e é cobrado de todo ministério público do Paraná, que sejam
372 regularizadas as instituições de longa permanência para idoso, ILPI, diz que o cenário nacional
373 e estadual é de certo caos, porque esta atividade é complexa, ela exige muitos profissionais,
374 tem um regulamentação sanitária muito rigorosa, é uma atividade muito onerosa. Diz que
375 houveram situações muito pontuais na comarca, que hoje tem duas ILPIs funcionando, que é a
376 APA e os Irmão Dentzer, e haviam outras duas instituições de cunho particular que hoje
377 encontram-se interditadas pelo poder judiciário sem poder funcionar, ou seja, não podem
378 receber mais idosos e aqueles idosos que lá e se encontravam em uma já foram todos
379 transferidos para outras instituições ou para a família e a outra será nos próximos dias, isso
380 gera um problema na rede porque, já não tem vaga suficiente, já é um serviço caro, e gera um
381 reflexo negativo em toda linha de atendimento, em relação a APA em primeiro lugar, o que foi
382 encaminhado para o Conselho acompanhar é mais ou menos na linha dos Irmãos Dentzer que
383 esteve em renovação do registro. Ele diz que teve algumas reuniões com a diretoria da APA e
384 diz que a compreensão foi excelente, que não é porque o serviço lá é voluntário que ele não
385 precisa ser profissional para evitar situações como a que aconteceu, diz que a instituição, como

386 pessoa jurídica, tem obrigação de cuidar, de dar segurança aos usuários, há toda uma
387 normativa legal. Ele continua dizendo que se pediu a APA que eles adotassem medidas de
388 segurança técnica, porque a instituição era muito aberta, qualquer hora que se chegasse na
389 instituição poderia ir entrando e acessando as dependências da instituição e isto em serviço de
390 ILPI não cabe porque o idoso é uma pessoa vulnerável, como também evitar situações de fuga
391 como lamentavelmente ocorreu e isso foi conversado e a instituição entendeu. Ele disse que
392 hoje foi feito um cercamento da instituição para saber quem entra e quem sai e diz que é isso
393 que ele pede que o Conselho ajude a fiscalizar. Ele diz que segundo ofício é algo mais
394 complexo, de política pública, porque com a diminuição das instituições que recebem este
395 idoso, há uma parcela grande da população idosa em vulnerabilidade, não necessariamente
396 por fragilidade de saúde, mas isso tende a progredir muito rápido, ele diz que a depender do
397 momento que o idoso esteja, ele precisa de uma determinada política pública, ele diz que
398 existe um vácuo de discussão de política pública para idoso de vinte anos em todas as esferas,
399 que isso que estão discutindo agora deveria ter sido discutido há 20 anos, e agora estão
400 correndo atrás, ele pede que o conselho ajude a fomentar essas discussões com o município,
401 porque o município faz um grande número de atendimentos nos CREAS e CRAS,
402 especialmente nos CREAS que é quando o idoso entra em risco, e muitas vezes o município se
403 vê engessado, porque muitos idosos tem ficado sozinhos em casa e acaba sem ter condições
404 de ir sozinho na UBS ou outros direitos. Ele diz ainda que é preciso entender o porquê do idoso
405 estar sozinho, e entender que ele é vulnerável mas que uma ILPI seria o último recurso, mas
406 que o que tem de medida pra auxiliar a família, especialmente este idoso, que é aí que entra
407 com política pública, hoje tem os CERTIs, tem a ideia do centro dia, local que o idoso passaria
408 o dia sob os cuidados de uma série de pessoas profissionais e ao final do dia retorna pra
409 família, há a figura do cuidador de idosos ou cuidador social, que não há previsão em lei, mas
410 haverá porque a demanda é enorme e está aumentando, há a ideia como em Cascavel de
411 família acolhedora que é uma família que se propõe mediante uma remuneração, do município
412 ou até do próprio idoso, são outras ideias de política pública que precisamos trabalhar, que o
413 município já se propôs a trabalhar, mas é preciso que o Conselho cobre e ajude a pensar, por
414 isso a sugestão de trabalhar com o Conselho Estadual, porque o Conselho Estadual tem uma
415 visão do todo, ele diz que Mercedes abriu o Centro Dia, Maringá tem Casa Lar, Cascavel tem
416 família acolhedora. O Sr. Promotor diz que a demanda da Assistência Social explodiu nos
417 últimos dois a três anos e se não tirarmos um pouco de uma providência com o foco mais caro,
418 teremos problemas mais graves daqui a pouco tempo porque o município aumentou muito,
419 então a ideia é que o CMDI não fique de espectadores, seja um dos atores. Ele diz também
420 que em conversa com o Wellington e a Rosiany (secretária da SMDH), é urgente a

421 necessidade de criar um protocolo RIPS para o idoso, porque a demanda o idoso está tomando
422 bastante tempo, mas esta demanda ainda não está prevista, então ele pediu prioridade nisto. A
423 Presidente Martha agradece a participação do Sr. Promotor. **b) Outros Informes:** A Sra.
424 Martha disse que recebeu um convite para uma ação da SMDH, que ela não pode comparecer
425 mas viu várias fotos e o Sr. Wellington relata que houve uma ação intersetorial com a
426 promotoria, Procon, Secretaria de Esportes e Lazer, Educação e Assistência Social, com os
427 representantes dos grupos de idosos, que foi tratada as diferença dos empréstimos
428 consignados contratado e via cartão de crédito, foram orientados quanto ais serviços prestados
429 por estas políticas, e os representantes dos grupos levarão essas informações aos seus grupos
430 mesmo e se for do interesse deles, será levada essas orientações aos grupos. Ele diz que
431 haviam representantes de grupos da área rural e urbana, que o Sr. Promotor esteve presente e
432 fez uma fala e foi muito proveitosos o encontro. Ele continua dizendo que foi encaminhado para
433 a escola de governo dois projetos de capacitação, um deles com os Agentes comunitários de
434 saúde - ACS e agentes comunitários de endemias – ACE, pra eles serem capacitados quanto a
435 violência contra a pessoa idosa e o trabalho deles e como eles podem ajudar a identificar as
436 pessoas idosas que estão em seu domicílio sem o apoio da família e do poder público e
437 identificar essas demanda de quais são essas regiões que ainda estão desassistidas e a outra
438 capacitação é mais ampla, para a rede, terão vagas para a sociedade civil inclusive para o
439 CMDI e precisam apenas convidar os facilitadores e marcar as datas. Assim, terminada a pauta
440 a Sra. Martha agradece a presença de todos os Conselheiros e declara a assembleia como
441 encerrada. Sem mais, eu, Jaina Caroline Lunkes, encerro a presente ata, a qual será
442 encaminhada pela secretária executiva por e-mail aos conselheiros/as, para apontamentos de
443 eventuais retificações e na próxima reunião ordinária deste conselho, a ata será deliberada e
444 assinada pelos presentes.